

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.994 - SP
(2019/0032678-1)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ANTONIO JOSE SENA
ADVOGADO : DANIEL ANDRADE PINTO - SP331285
AGRAVADO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : EDUARDO CHALFIN - SP241287
ANTONIO JOSÉ MONTEIRO GASPAR - SP355928

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. RECONSIDERAÇÃO. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

ANTONIO JOSÉ SENA (ANTONIO) ajuizou ação de obrigação de fazer contra BANCO PAN S.A. (BANCO), pleiteando a emissão de boleto bancário para quitação antecipada de empréstimo.

A sentença extinguiu o processo, sem resolução de mérito, por inépcia da petição inicial (e-STJ, fls. 25/28).

Interposta apelação por ANTONIO, o Tribunal Paulista negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 71):

APELAÇÃO. “Ação de fazer e entregar o boleto de quitação e o demonstrativo do cálculo de amortização”. Emissão de boleto bancário para quitação antecipada de empréstimo, diante da alegada recusa do credor. Meio inadequado para a pretensão, que deveria ser resolvida mediante ajuizamento de ação consignatória, tendo em vista a resistência à pretensão de extinção da obrigação.

Recurso improvido.

Inconformado, ANTONIO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 1º, 6º, §1º, da Lei nº 10.280/03, 52, §2º, do CDC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que compete ao BANCO emitir e entregar ao consumidor o boleto para quitação antecipada de empréstimo.

Superior Tribunal de Justiça

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 115/117).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal Bandeirante inadmitiu o apelo nobre ante a inviabilidade de conhecimento de alegação de ofensa a instrução normativa, incidência das Súmulas nºs 282 do STF e 13 do STJ, ausência de demonstração de ofensa a lei federal e de cotejo analítico para demonstração da divergência. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 132/134).

O agravo em recurso especial não foi conhecido, em decisão da lavra da presidência do STJ, fundamentada na intempestividade do recurso especial (e-STJ, fls. 139/140).

ANTONIO manejou agravo interno, no qual afirmou ter comprovado a suspensão dos prazos processuais.

BANCO ofereceu impugnação ao agravo interno (e-STJ, fls. 155/159).

É o relatório.

DECIDO.

Da reconsideração do *decisum* agravado

O inconformismo manejado no agravo interno merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A decisão agravada reconheceu a intempestividade do recurso especial.

Porém, nas razões de agravo interno, observa-se que ANTONIO demonstrou que teria comprovado, na interposição do recurso especial, a ocorrência de suspensão dos prazos processuais e, assim, a tempestividade do recurso mencionado.

Diante da fundamentação apresentada no presente agravo interno, RECONSIDERO a decisão de e-STJ, fls. 139/140 e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto às e-STJ, fls. 123/129.

Superior Tribunal de Justiça

Do agravo em recurso especial interposto

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da impugnação aos fundamentos da decisão agravada

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observa-se que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois ANTONIO não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 13 do STJ.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno, reconsiderando decisão anterior, e, em novo exame, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

